19º Encontro Conversando sobre Extensão (CONEX) e 4º EAEX - Encontro Anual de Extensão (EAEX)

Resumo Expandido Modalidade A: "Apresentação de programas, projetos, ações, atividades e pesquisas advindas da extensão universitária"

ÁREA TEMÁTICA: (marque a área temática correspondente ao trabalho que foi indicado no momento da inscrição)

( ) COMUNICAÇÃO

( ) CULTURA

( ) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

(X) EDUCAÇÃO

( ) MEIO AMBIENTE

( ) SAÚDE

( ) TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

( ) TRABALHO

A PROVA DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESPANHOLA PARA PÓS-GRADUANDOS/AS INDÍGENAS

Alexandre Kuaray de Quadros (UEPG)[1]

Ligia Paula Couto (UEPG)[2]

Resumo: O foco deste trabalho é tratar da prova de proficiência ofertada pelo CLEC-UEPG e, mais especificamente, sua relação com estudantes indígenas. A prova de proficiência, na pós-graduação, é obrigatória. Mas quando tratamos dela com relação aos indígenas, ela se torna um pouco mais difícil, ainda mais quando nós somos acostumados a lidar com algumas coisas que nunca vimos na vida. Neste caso, a prova de proficiência em línguas estrangeiras oferecida pelo CLEC-UEPG, realizada em início do ano de 2021, era composta por dois textos científicos e 10 (dez) questões de múltipla escolha. Me inscrevi e, ao fazer a prova, fui confundindo algumas palavras em espanhol e eu, particularmente, achei difícil na hora de marcar qual era a resposta correta. A partir desse fato, conversamos com professoras responsáveis pela organização da prova, então foi decidido que para mestrandos e mestrandas indígenas dessa instituição, haveria outro formato de prova, o qual os/as estudantes indígenas ajudaram a construir. Como resultado deste trabalho conjunto, no segundo semestre de 2021, os/as estudantes indígenas terão acesso à prova de proficiência em formato mais adequado.

Palavras-chave: Língua espanhola, Proficiência, Estudantes indígenas.

[1] Membro do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI), indígena, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na UEPG. alexandre25passos@gmail.com.

[2] Supervisora do projeto. Departamento de Estudos da Linguagem. ligiacouto@uepg.br..

NOME DO PROGRAMA OU PROJETO

Saberes outros: Estudos e ações indígenas 2ª edição.

PROJETOS VINCULADOS

Vinculado ao Programa de Extensão Laboratório de Estudos do Texto (LET).

PÚBLICO-ALVO

Professores indígenas e não indígenas, em formação inicial ou continuada das escolas participantes. De forma indireta, alunos das escolas indígenas e não indígenas participantes.

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Município de Ponta Grossa e outros municípios em que haja terras indígenas (Mangueirinha, Cândido de Abreu, Ortigueira etc.).

LOCAL DE EXECUÇÃO

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

JUSTIFICATIVA

Esse projeto se justifica pelo fato de que, ainda atualmente, a versão "oficial" da história do Brasil e da América Latina, que prevalece em livros didáticos, é contada a partir do ponto de vista do colonizador. Diferentemente da ideologia que se tentou implantar no México, de que todos são mestiços, "no Brasil, a política de genocídio dos povos indígenas, aliada à política de branqueamento da população afrodescendente gerou uma outra narrativa nacional, na tentativa de se forjar a imagem de um país que se queria (ou que alguém queria) "todo branco e católico", ideologia essa até hoje muito presente e no imaginário" (GOMES, 2012, p. 10). Dessa forma, a presença indígena na história do nosso país é relegada à época do descobrimento e invisibilizada nos dias atuais, o que inclui a invisibilidade da cultura indígena, concebida como "outra cultura", que mesmo sendo considerada outra, quando conhecida, "revela muito sobre a 'nossa cultura'", as quais estão em constante interação,

razão pela qual, segundo "Raimon Panikkar [...] seria o único modo de conhecer as culturas [realizando] um diálogo intercultural" (apud GOMES, 2012, p. 12, grifos da autora).

Em termos de políticas linguístico-educacionais, as voltadas às comunidades de línguas/culturas minoritárias alternaram "momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas" (CAVALCANTI, 1999, p. 4). No século XVIII, por exemplo, o Marquês de Pombal, através do Diretório dos Índios (1758), estabeleceu que a única língua que podia ser falada era o português. Na sequência, o processo de imposição da língua portuguesa como única foi ratificado pela chamada política de nacionalização do ensino, implementada a partir de 1938, pelo governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que fechou escolas e proibiu o uso de línguas indígenas bem como das línguas de imigrantes, principalmente alemão e italiano.

Como resultado desses processos, a língua portuguesa e a cultura eurocêntrica substituíram as outras línguas que eram faladas e culturas presentes no país por força de lei e também "de mecanismos sociais que ganharam força com a evolução dos meios de comunicação de massa, o processo acentuado de urbanização e, consequentemente, a penetração maior do português através de elementos exógenos" (CAVALCANTI, 1999, p. 6). Desse modo, justificamos este projeto considerando a importância de, a partir da realização de um levantamento do que se tem feito (que ainda é desconhecido) em termos de políticas linguístico-educacionais, no que diz respeito a pedagogias "outras", que tratam de línguas e culturas minoritárias aqui presentes a partir de um referencial teórico que se sustenta nos trabalhos de intelectuais indígenas, como Inácio (2010) e Benites (2012), sendo que a primeira trata da pedagogia Kaingang e o segundo, da pedagogia Guarani.

OBJETIVOS

Apresentar novo formato de prova de proficiência de língua espanhola para estudantes indígenas, analisar se a ideia de novo formato vai ser boa. Tomar essa ideia como o caminho mais adequado para os mestrandos/as indígenas em todas universidades estaduais e federal no Estado.

METODOLOGIA

A partir da dificuldade de obter resultado positivo na prova de proficiência em língua espanhola, foi apresentada uma demanda de reunião com organizadoras da prova. Nesta reunião, eu expliquei as dificuldades em realizar a prova e, a partir delas, foi resolvido desenvolver um simulado com todos/as os/as estudantes indígenas da UEPG que tivessem interesse em testar sua proficiência em espanhol e inglês e, a partir deste simulado, se faria uma reunião para discutir o formato.

Com a aplicação do simulado e discussão com o grupo de participantes, se entendeu que, ao invés de dois textos acadêmicos, o ideal seria a leitura de um texto. Assim, o/a estudante poderia ter mais tempo para se dedicar à leitura e compreensão e caberia perguntas em somente dois formatos: questão de múltipla escolha para marcar uma entre três alternativas correta e questão de marcar verdadeiro ou falso, totalizando dez questões.

Comparada com a prova universal, a prova de proficiência em língua estrangeira para estudantes indígenas, manteve um dos textos científicos e a mesma quantidade de perguntas. No entanto, em relação ao formato das perguntas, se acordou em se restringir a dois tipos: múltipla escolha e verdadeiro ou falso.

Ao refazer o simulado neste novo formato, todos/as os/as estudantes conseguiram nota suficiente para aprovação e, em última reunião, foi decidido que este novo formato seria suficiente para avaliar a leitura de textos acadêmicos em língua estrangeira de estudantes indígenas. E, desta forma, passou a orientar as próximas provas de proficiência do CLEC-UEPG.

RESULTADOS

Os resultados desse trabalho ainda estão sendo analisados, pois o novo formato de prova para mestrandos/as indígenas ocorrerá em outubro de 2021. No entanto, o CLEC-UEPG se disponibilizou a receber a demanda de estudantes indígenas e criar uma versão da prova de proficiência em língua estrangeira em outro formato. A expectativa é que o resultado seja positivo para nossos estudantes indígenas. Além disso, houve um processo de conhecimento da coordenação da prova de proficiência à cultura indígena, a qual deve ser tratada de uma maneira diferenciada pelo seu modo de viver, falar e estudar, pois a ferramenta mais usada

pelos indígenas é a oralidade, ou seja, o estudante lê e interpreta e o que mais predomina é apresentação oral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que esse trabalho pode trazer mudanças para melhor para os estudantes indígenas. Compreendemos que essa ideia é um possível caminho para os mestrandos/as indígenas em todas universidades estaduais e federal no Estado conseguirem a proficiência em língua estrangeira.

APOIO

Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES)

REFERÊNCIAS

BENITES, T.A escola na ótica dos Ava Kaiowá impactos e interpretações indígenas. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. v. 500. 120p.

CAVALCANTI, Marilda C. Studies on bilingual education and schooling in Brazilian contexts of linguistic minorities.DELTA, São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Mar 2007.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Prólogo. In: PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela.Povos indígenas e escolarização: Discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de janeiro: Garamond, 2012.